

Louis Althusser

SOBRE A REPRODUÇÃO

Introdução de Jacques Bidet

Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Althusser, Louis, 1918-1990.

Sobre a reprodução / Louis Althusser ; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira ; [introdução de Jacques Bidet]. – Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

Título original: Sur la reproduction.

Bibliografia.

ISBN 85-326-2147-3

1. Capitalismo 2. Conflito social 3. Economia marxista 4. O Estado 5. Produção (Teoria econômica) I. Bidet, Jacques. II. Título.

99-0007

CDD-335.412

Índices para catálogo sistemático:

1. Relações de produção : Reprodução : Economia marxista 335.412
2. Reprodução das relações de produção : Economia marxista 335.412



Petrópolis
1999

O QUE É UM MODO DE PRODUÇÃO?

Com a sua descoberta, Marx abriu o “continente-História” ao conhecimento científico. Lançou as bases de uma teoria que constitui o fundamento de todas as ciências que tratam de objetos dependentes do “continente-História”, não só o que se designa por história, sociologia, geografia humana, economia, demografia, mas também psicologia, “psicossociologia” e, de maneira geral, as disciplinas que são chamadas de “Ciências sociais” e, ainda mais geralmente, as próprias “Ciências humanas”. A influência dominante da ideologia burguesa é que impede essas ciências Sociais e Humanas de reconhecerem na teoria de Marx o fundamento de sua verdadeira existência e de persistirem em manter noções ideológicas que as transformam em semi-ciências, falsas ciências ou simples técnicas da adaptação social. Deixemos isso.

O que nos importa aqui é que, com a sua descoberta, Marx forneceu-nos, pela primeira vez, os conceitos científicos capazes de nos dar a compreensão do que são as “sociedades humanas” e sua história, isto é, a compreensão de sua estrutura, de sua subsistência, de seu desenvolvimento, de sua estagnação, de sua degenerescência – e das transformações de que elas constituem o objeto.

Não se trata de afirmar que, antes de Marx, nada de importante tenha sido dito sobre a natureza das “sociedades humanas”: por exemplo, por “filósofos”, Spinoza, Hobbes, Rousseau, etc.; por historiadores (feudais ou burgueses) que descobriram a realidade da luta de classes; por economistas como Smith e Ricardo. Mas todos esses ensaios, até mesmo em suas partes mais positivas, permaneciam dominados por noções ideológicas e dependiam sempre de uma “filosofia da História”, seja explícita, seja implícita, idealista – e não de uma verdadeira teoria científica da história.

As “sociedades” humanas.

Observemos, de imediato, que Marx rejeitou bem cedo (desde sua polémica com Proudhon, em 1847, na obra *Miséria da filosofia*) a noção de “sociedade”, como não científica. De fato, esse termo está sobrecarregado de ressonâncias morais, religiosas, jurídicas, em suma, trata-se de uma noção ideológica que deve ser substituída por um conceito científico: o conceito de *formação social* (Marx, Lenin).

Não se trata de substituir simplesmente uma palavra por outra. O conceito de formação social é um conceito científico enquanto faz parte de um *sistema teórico* de conceitos, completamente estranho ao sistema de noções ideológicas ao qual se refere a noção idealista de "sociedade". Não podemos desenvolver agora esse sistema de conceitos em que o conceito de modo de produção desempenha o papel central.

Digamos simplesmente, para sermos compreendidos por todos e por cada um, que uma formação social designa toda "sociedade concreta" historicamente existente, e que é *individualizada*, portanto, distinta de suas contemporâneas e de seu próprio passado, pelo modo de produção que domina aí. É assim que se pode falar das formações sociais ditas "primitivas"⁷, da formação social romana escravista, da formação social francesa de servidão ("feudal"), da formação social francesa capitalista, de tal formação social "socialista" (em vias de transição para o socialismo), etc.

Justamente, Marx mostrou-nos que, para compreendermos como funciona determinada formação social e o que se passa aí (inclusive as transformações revolucionárias que a levam a passar de um modo de produção para outro), seria necessário fazer intervir o conceito central de *modo de produção*.

I – Quatro Teses clássicas

Lembro aqui quatro Teses clássicas para mostrar como "intervém" esse conceito central de modo de produção na teoria marxista.

1 – Toda formação social concreta depende de um modo de produção *dominante*. Isso implica imediatamente que, em toda formação social, exista mais de um modo de produção: pelo menos, dois e, por vezes, muito mais⁸. No conjunto desses modos de produção, um deles é dito *dominante* e os outros dominados. Os modos dominados são, seja aqueles que subsistem do passado da antiga formação social, ou *aquela* que, eventualmente, está em vias de nascer no momento presente da formação social. Essa pluralidade de modos de produção em toda formação social, a dominância atual de um modo de produção sobre modos em vias de reabsorção ou de constituição, permitem explicar a complexidade contraditória dos fatos empíricos observáveis em toda

a formação social concreta e também as tendências contraditórias que se enfrentam nela, e se traduzem através de sua história (suas transformações reais observáveis, na economia, política e ideologia).

2 – O que é que constitui um modo de produção? É a *unidade* entre o que Marx chama, por um lado, de Forças Produtivas e, por outro, de Relações de Produção. Cada modo de produção, seja dominante ou dominado, possui portanto, em sua unidade, suas Forças Produtivas e suas Relações de Produção.

Como pensar essa unidade? Marx falou de "correspondência" entre as Forças Produtivas e as Relações de Produção. Trata-se de um termo que permanece descritivo. Ainda não foi elaborada a teoria da "natureza" muito particular da *unidade* entre as Forças Produtivas e as Relações de produção de determinado modo de produção.

Essa primeira teoria comanda a teoria de um problema completamente diferente, quase sempre, confundido com o primeiro: a teoria de uma outra "unidade", completamente diferente, porque necessariamente "contraditória", entre o modo de produção dominante e o (ou os) modo(s) de produção dominados, existentes em determinada formação social. Quando se diz, por exemplo, que as Relações de Produção deixaram de "corresponder" às Forças Produtivas e que essa contradição é o motor de toda revolução social⁹, já não se trata, ou não unicamente, da não-correspondência entre as Forças produtivas e as Relações de Produção de *determinado* modo de produção, mas também e, sem dúvida, quase sempre, da contradição existente em uma formação social considerada, entre as Forças produtivas *do conjunto dos modos de produção* existentes na formação social, por um lado, e, por outro, as Relações de produção *do modo de produção então dominante*. Essa distinção é capital, caso contrário fala-se, a torto e a direito, de "correspondência" e de "não-correspondência", confundindo dois tipos de unidade muito diferentes: por um lado, a unidade interior de um modo de produção entre suas Forças produtivas e suas Relações de produção e, por outro, a "unidade" (sempre contraditória) entre os modos de produção dominados e o modo de produção dominante.

3 – Se se considera um modo de produção, na unidade Forças Produtivas/Relações de Produção que o constitui, essa unidade possui uma base material: as Forças Produtivas. Mas essas forças produtivas nada seriam se não estivessem

7. Cf. E. Terray, *Le marxisme devant les sociétés "primitives"*, Maspéro, Paris, 1968.

8. Em sua análise da formação social russa do final do século XIX, Lenin chegou a distinguir quatro!

9. Ver o célebre prefácio de *Contribution à la critique de l'économie politique*, de K. Marx, 1859, Éd. Sociales.

em condições de funcionar. Ora, elas só podem funcionar em e sob suas Relações de Produção. Isso leva a dizer que, com base e nos limites das Forças Produtivas existentes, são as Relações de Produção que desempenham o papel determinante. Essa Tese, que ainda não foi reconhecida pelos marxistas, é comentada por *O capital* inteiro e por toda a obra de Lenin e Mao. Sobre essa Tese decisiva, queiram consultar o *Apêndice do presente volume*.

4 – Não se deve confundir essa última Tese, que diz respeito ao elemento determinante na unidade Forças produtivas/Relações de produção, portanto, na “base” ou “infra-estrutura” econômica, com uma outra Tese clássica que afirma que, em uma outra unidade muito complexa, aquela que une a Superestrutura (Direito, Estado, Ideologias) à Infra-estrutura (unidade das Forças produtivas com as Relações de produção) é a Infra-estrutura econômica que é “*determinante em última instância*”.

A terceira Tese que acabo de expor inscreve-se, portanto, a si mesma sob a presente Tese. A terceira Tese pode, então, enunciar-se desta maneira: na Infra-estrutura – isto é, na unidade Forças produtivas/Relações de produção – que determina em última instância tudo o que se passa na Superestrutura, são as Relações de produção que, com base e nos limites materiais das Forças produtivas existentes, são determinantes.

Aqui, cuidado.

Basta comparar entre si essas quatro Teses para ver que identificamos praticamente o modo de produção com a unidade Forças produtivas / Relações de produção, portanto, que colocamos o modo de produção do lado da Infra-estrutura. Para fazer alusão a uma questão que é o objeto de debates teóricos¹⁰ ainda não encerrados, diremos que, provisoriamente, deixamos de lado a questão de saber se é necessário definitivamente caracterizar um modo de produção “no sentido estrito” (como é o caso de nossa presente exposição: fazendo intervir somente suas Forças produtivas e suas Relações de produção), ou se não se deve considerar, pelo contrário, que todo modo de produção “induz” ou comporta necessariamente sua própria Superestrutura.

Durante um certo tempo, inclinamo-nos por essa última hipótese. Provisoriamente, preferimos conservar ao conceito de modo de produção seu sentido “estrito” (unidade das Forças produtivas com as Relações de produção que são as suas), considerando, sempre provisoriamente, que a questão da Superre-

tura depende antes da natureza da *formação social* concreta na qual e combinados, sob a dominação de um modo de produção, pelo menos, modos de produção. No estado atual dos conhecimentos que estão à nossa disposição, parece-nos preferível conservar a presente hipótese, com a condição de modificá-la se for necessário.

II – As Forças produtivas

No que se segue, consideramos somente o que se passa em um modo de produção.

Como seu nome indica, um modo de produção é uma maneira, uma forma (um modo) de produzir... o quê? Os bens materiais indispensáveis para a existência material dos homens, mulheres e crianças, que vivem em determinada formação social.

Uma forma de “produzir” é uma forma de “combater a natureza” já que é a natureza, e somente da natureza, que toda formação social, que não vive do tempo ou da palavra de Deus, extrai os produtos materiais necessários para a sua subsistência (alimentação, abrigo, vestuário, etc.), sua estagnação ou “desenvolvimento”.

Uma forma de combater a natureza para *arrancar* dela bens de subsistência (colheita, caça, pesca, extração de minerais, etc.), ou *fazer com que ela produza* (criação de gado, agricultura), não é uma disposição de espírito, estilo de comportamento, ou um estado de alma. Trata-se de um conjunto de processos de *trabalho*, cujo sistema constitui o processo de produção do modo de produção considerado.

Um processo de trabalho¹¹ é uma seqüência de operações sistematicamente reguladas, efetuadas pelos *agentes* do processo de trabalho que “trabalham um objeto de *trabalho* (matéria bruta, matéria-prima, animais domésticos, etc.), empregando para tal fim *instrumentos de trabalho* (ferramentas mais ou menos elaboradas, em seguida, máquinas, etc.) de maneira a “transformar o objeto de trabalho, por um lado, em *produtos* próprios a satisfazerem necessidades humanas diretas (alimentação, vestuário, moradia, etc.) e, por outro, em *instrumentos de trabalho* destinados a garantir a prossecução ulterior do processo de trabalho.

10. Encontrar-se-á vestígios de tais debates em Poulantzas e Terry.

11. Sobre a análise do processo de trabalho, ver *Le capital*, livro I, tomo I, p. 180-186, Éd. Sociales.

Em todo processo de trabalho, os agentes do processo devem ser "qualificados", isto é, capazes de utilizar bem, segundo as regras técnicas próprias, os instrumentos de trabalho. Portanto, devem possuir uma experiência técnica, rigorosamente definida porque exigida pelos instrumentos de trabalho existentes, caso contrário esses instrumentos seriam mal utilizados ou ficariam sem utilização.

Cada geração de indivíduos encontra sempre, à sua disposição, instrumentos de trabalho existentes: pode aperfeiçoá-los ou não. De qualquer forma, os limites desses aperfeiçoamentos (ou inovações) dependem do estado de instrumentos existentes herdados pela citada geração, que não foram inventados por ela. O nível técnico dos agentes de um processo de trabalho é, portanto, sempre determinado pela natureza dos instrumentos de trabalho e, de maneira geral (ver abaixo), dos meios de produção existentes. Daí, a importância da seguinte Tese marxista: nas Forças produtivas em que figuram os agentes dos processos de trabalho, o elemento determinante é constituído não por esses homens, mas pelos meios de produção. Marx sempre foi formal sobre esse ponto.

Somente nos últimos 200 anos é que, sob o efeito do modo de produção capitalista, se observa uma constante revolução nos meios de produção, sob o efeito do desenvolvimento da tecnologia que, por sua vez, está associada ao desenvolvimento das ciências naturais. Mas, durante milênios, as modificações dos meios de produção foram praticamente nulas ou quase insensíveis. As constantes renovações da tecnologia, que são o caráter próprio do modo de produção capitalista¹², inclusive os progressos espetaculares que observamos nos últimos 30 anos (antes de tudo, a energia atômica e a eletrônica) não alteram um iota na Tese de Marx¹³.

Em todo o processo de trabalho, os agentes desse processo trabalham segundo o modo da não-cooperação (pescador ou caçador isolado, pequeno

produtor "independente"), ou então cooperam. A introdução da cooperação e, sobretudo, de suas diferentes formas, depende também, em última instância, do estado dos meios de produção existentes. Pode-se pescar sozinho, com linha ou uma pequena rede. Mas quando se dispõe de embarcações de pesca com rede de grande raio de ação, a pesca praticada exigirá, nesse caso, uma forma definida de cooperação.

As relações de produção dominantes existentes, e a política correspondente, podem impor ou tornar viáveis certas formas de cooperação que, com as mesmas forças produtivas, permitem obter resultados que seriam impossíveis com as antigas relações de produção e a antiga política. Por exemplo, a cooperação do "trabalho forçado" colonial (nas grandes plantações dos brancos, ou para a construção de estradas e outras obras) permitiu, com os mesmos instrumentos de produção de épocas anteriores, ou com outros instrumentos quase tão rudimentares, obter resultados anteriormente impossíveis para as "formas sociais" colonizadas. Por exemplo, a cooperação em uma escala bastante grande praticada na China após a Revolução, especialmente nas comunas populares, para a fabricação de gigantescas barragens de terra (para citar um só exemplo), sem nada modificar nos instrumentos de produção existentes (os cestinhos transportados nas extremidades da vara apoiada nos ombros, as enxadas e as pás), permitiu obter resultados impossíveis e impensáveis nas formas da antiga cooperação familiar (camponeses individuais), ou na forma de cooperação baseada unicamente na aldeia.

Observemos ainda simplesmente o seguinte: todo processo de produção de um modo de produção implica vários processos de trabalho que devem ser, então, combinados cuidadosamente de maneira que a mão-de-obra exigida segundo os trabalhos (sazonais ou não) seja suficiente para garantir todos os processos de trabalho exigidos por determinado modo de produção. Por si só, essa exigência implica necessariamente, até mesmo em formas rudimentares, uma divisão do trabalho.

Para mencionar um exemplo extremamente simples: nas formações sociais africanas ditas "primitivas" ainda sobreviventes observam-se divisões do trabalho entre diferentes processos de trabalho: enquanto os homens caçam e constroem as cabanas segundo formas de cooperação reguladas, as mulheres cultivam a "horta" e criam os pequenos animais, pilam o grão, etc. Observam-se também fenômenos de contradição entre os diferentes processos de trabalho: segundo as estações, os mesmos homens passam de um processo para outro.

Esse simples exemplo dá uma idéia da extrema complexidade que já reina no processo de produção de uma formação social "primitiva". Pode-se supor

12. Em várias ocasiões, Marx lembrou que uma das características essenciais do modo de produção capitalista, que o distingue dos modos de produção anteriores, era o fato de "revolucionar" sem parar os meios de produção existentes. Portanto, o que se passa atualmente coincide com uma tese clássica de Marx.

13. Assinalo a atualidade inatacável dessa Tese de Marx em um momento em que a conjunção da vaga da interpretação "humanista" do marxismo com o lirismo tecnocrático desenfreado que inspira a alguns marxistas "o impetuoso desenvolvimento das ciências e das técnicas" leva-os a anunciar teses que tendem a afirmar o primado do "homem" sobre os meios de produção. Teses convertidas em uma fórmula confusa como: "papel cada vez mais determinante dos intelectuais, como membros do trabalhador coletivo na produção" ou - na tese revisionista - "a ciência tornou-se uma força produtiva direta". Sem pressa, daremos uma explicação sobre essas questões com aparência "teórica".

que tal complexidade se torne infinitamente maior nas nossas "sociedades modernas", altamente industrializadas.

Fiquemos por aqui e retomemos nossos conceitos essenciais.

Nós diremos que as Forças Produtivas de um modo de produção são constituídas pela *unidade* de um jogo complexo e regulamentado que coloca em cena:

- o *objeto de trabalho*, a natureza, sob diferentes formas (inclusive a "energia natural" que, de qualquer maneira, precisa sempre ser "captada", quer se trate do simples vento ou de uma corrente de água, ou ser utilizada - a gravidade) mas, antes de tudo, a matéria-prima, passiva (mineral) ou ativa (gado, terra)¹⁴;
- os *instrumentos de produção*;
- os *agentes de produção* (ou força de trabalho).

Marx designa por *Meios de Produção* o conjunto: objeto de trabalho + instrumentos de trabalho (ou de produção). Marx designa por *Força de Trabalho* o conjunto das diferentes formas de dispêndio de atividade (física e outra) do conjunto dos agentes dos processos de trabalho, portanto, dos indivíduos tecnicamente aptos a utilizarem os Meios de Produção existentes das formas exigidas de não-cooperação ou de cooperação.

Retomando esses termos, temos, então, a famosa equação: *Forças Produtivas = (Unidade) Meios de Produção + Forças de Trabalho*.

Tudo isso para *determinado* modo de produção.

Avantagem teórica dessa equação é colocar em evidência o conjunto: *Meios de Produção*, portanto, separá-los do conjunto: *Forças de Trabalho* - o que é essencial para a compreensão do que se passa em qualquer "sociedade de classes", por exemplo, em uma formação social capitalista, em que os *Meios de produção* não são possuídos pelos detentores da *Força de Trabalho*, mas por personagens exteriores aos processos de trabalho: os exploradores capitalistas.

Antes de avançar mais longe, assinalo ao leitor, inclusive aos que teriam esclarecimentos a propor, uma dificuldade teórica de grande alcance.

14. O estatuto de gado de criação e da terra é duplo: são, simultaneamente, objetos de trabalho (é necessário "criar" o gado e "trabalhar a terra"), mas também e ao mesmo tempo, espécies de "máquinas" que, por sua vez, trabalham um "objeto de trabalho" que lhes é fornecido: ervas ou forragem para o gado, sementes para a terra. O duplo aspecto do gado e da terra é absolutamente determinante para compreender a natureza muito particular dos processos de trabalho agrícola - e a intervenção do conceito de "fertilidade" diferencial das terras na teoria da renda fundiária (cf. *Le capital*, livro III, tomo VIII, das Ed. Sociales).

Tornou-se compreensível que já é extremamente importante distinguir bem, por um lado, as Forças produtivas próprias de *um* modo de produção definido e, por outro, o *conjunto das Forças Produtivas* existentes em uma formação social concreta na qual "coexistem", sob a dominação de um modo de produção, vários modos de produção. O conjunto dessas últimas Forças produtivas é o conjunto das Forças produtivas dos diferentes modos de produção coexistentes nessa formação social, sob a dominação de um deles. Nesse caso, o plural "Forças produtivas" parece ser justificado pela pluralidade dos modos de produção, embora o conjunto dessas Forças Produtivas não possa ser, com toda a evidência, um simples agregado, uma simples adição, mas deva possuir, em suas próprias contradições, uma espécie de unidade: aquela que lhe é conferida pela dominação do modo de produção que domina os outros. É já um problema para o qual ainda não temos uma verdadeira teoria.

Mas, a dificuldade central diz respeito ao plural das "Forças produtivas" que são as de *determinado* modo de produção. Descrevemos, em suma, as Forças produtivas e representamos sua unidade, sob a forma de uma enumeração e de uma adição: objeto de trabalho + instrumentos de produção + força de trabalho¹⁵. Hegel já nos havia prevenido para o fato de que uma adição não passa de uma adição, isto é, para sermos muito severos, a ausência de um conceito, ou como dizia Spinoza a outro propósito, "o asilo da ignorância". Para sermos menos severos, nós diremos: o indício de uma lacuna provisória que deverá ser preenchida.

Com efeito, "sentimos" perfeitamente que as Forças produtivas utilizadas nos diferentes processos de trabalho do processo de produção de *um* modo de produção não são *adicionados* simplesmente ou de qualquer maneira. A adição é o resultado da observação que "faz as contas" a partir do qual, certamente, se deve começar, mas no qual não se pode permanecer. Suponhamos que o que descrevemos como uma adição não é um agregado de acaso, mas uma combinação específica que, para cada modo de produção, possui uma *unidade específica* que, justamente, fundamenta a possibilidade material dessa combinação, dessa *conjunção*, que apreendemos empiricamente sob a forma da decomposição de elementos que *adicionamos*. Portanto, é necessário inscrever, entre as questões teóricas importantes a serem elucidadas, a questão da unidade

15. Encontra-se essa forma enumerativa em Stalin, *Materialismo dialético e materialismo histórico*.

típica que, em formas específicas, para cada modo de produção, organiza suas Forças Produtivas¹⁶.

Haja o que houver com essa última dificuldade, ao fazer intervir o conceito de Forças Produtivas, começamos a ver, com mais clareza, um dos dois elementos do modo de produção. No final das contas, são fatos que todo o mundo pode, mediante um pouco de espírito de observação e de método, descobrir ou, pelo menos, reconhecer. Não é a esse propósito que alguém entrará em polêmica, tão pouco séria, com Marx. A imensa maioria dos "especialistas" (os "Economistas") aprovarão, mesmo que afirmem que tudo isso é evidente, e até acrescentarão: "ficamos compreendendo o que é um modo de produção. São forças produtivas utilizadas por agentes especializados em processos de trabalho".

Entre eles, haverá um grande número que há de tirar a conclusão 1) que Marx nada inventou de novo, já que tudo isso salta aos olhos (sem a menor suspeita de que isso salta aos olhos depois de Marx), mas sobretudo 2) que em tudo isso só temos de tratar da pura e simples *técnica*, técnica material (ferramentas, máquinas); formação técnica da mão-de-obra; organização técnica dos processos de trabalho. E sentir-se-ão confirmados em sua tendência "espontânea", tecnicista ou tecnocrática. E como infelizmente, nessa matéria, alguns marxistas fazem-lhes companhia, tudo será para eles o melhor dos mundos (burgueses).

Na verdade, é necessário contrariá-los frontalmente: as Forças produtivas não são suficientes para explicar um modo de produção já que constituem apenas um de seus elementos, sendo que o outro é representado pelas Relações de Produção.

Com efeito, Marx mostrou-nos em *O capital* (e Lenin em toda a sua obra) que a utilização das Forças produtivas (Meios de produção + Força de trabalho) seria ininteligível, se não se chegasse a compreender que ela se efetua sob Relações de Produção definidas que, na unidade Forças Produtivas/Relações de produção, desempenham o papel determinante.

16. Em *Lire Le capital*, tomo II, Maspéro ("Petite collection"), E. Balibar empreendeu essa investigação a respeito da passagem da manufatura para a grande indústria. Assinalo aos que leram, ou há de ler esse livro, que, embora conforme ao espírito de *O capital*, seu aporte não se encontra em *O capital*: trata-se de uma "contribuição" original e fecunda. Não é inútil lembrar tal aspecto para estabelecer uma distinção entre os que fazem o esforço, arriscado, de *pesquisar*, e os que se contentam em *repetir* o que devem a outros para se eximirem de "pensar por si mesmos".

III – As relações de produção

O que são as relações de produção?

São relações de um tipo muito particular que existem, nas Sociedades sem classes, entre os agentes da produção quando todos os membros de uma formação social são agentes da produção ou, nas Sociedades de classes, entre os agentes da produção e outros personagens que não são agentes da produção e, no entanto, intervêm na produção.

Esses personagens *detêm* os meios de produção e *se apropriam*, sem "contrapartida", de uma parte dos produtos do trabalho dos agentes da produção: uma parte do sobretabalho excedente. Portanto, conservam-se, *por assim dizer*, nas duas "extremidades" do processo de produção já que *detêm* a propriedade dos meios de produção, *antes* do processo de produção, e já que, após esse processo, *apropriam-se* do produto, do qual cedem somente *uma parte* aos agentes da produção para que estes possam viver e se reproduzir. Guardam o resto (que, em regime capitalista, é a mais-valia) para si mesmos.

É claro que não "consomem" todo esse resto em festins ou outras fantasias pessoais. São obrigados a consagrar *uma parte* desse resto (= sobretabalho) para renovar proporcionalmente os meios de produção porque estes esgotam-se (uma mina) ou desgastam-se (as ferramentas, as máquinas)¹⁷. E, se os detentores dos meios de produção não zelassem em renová-los, acabariam um belo dia por ficarem despossuídos completamente dos meios de produção e seriam obrigados a cair no nível dos indivíduos que só têm seus braços, quando não é o seu corpo, para vender. (Encontram-se em Balzac ou Zola histórias de filhos de pai que acabam com o negócio paterno e tornam-se assalariados no que tinha sido sua própria fábrica, ou caem na sajeta.)

Portanto, no ponto que acabamos de atingir, não podemos definir, nas Sociedades de classes, as relações de produção como relações de *repartição* unilateral dos meios de produção entre os que os detêm e os que são desprovidos dos mesmos, sendo que essa repartição dos meios de produção determina a repartição dos produtos.

Mas, aqui, devemos ter muito cuidado.

17. As máquinas não se desgastam somente "materialmente", mas também "historicamente" quando ficam ultrapassadas por novas máquinas, mais aperfeiçoadas, produzidas pelos progressos da tecnologia.

Com efeito, podemos ser tentados a pensar: há pessoas que detêm os meios de produção e outras que são desprovidas dos mesmos. Questão de "propriedade". E depois? O que é que isso altera no processo de trabalho, por exemplo, do aço e, de maneira geral, na utilização das forças produtivas? Foi-nos explicado com clareza que esses personagens que detêm os meios de produção e açambarcam o sobretrabalho encontram-se "por assim dizer" nas duas extremidades do processo: antes e depois. Mas, o processo de produção permanece, então, o que ele é: utilização das forças produtivas e ponto final. De novo, nossos "Economistas" não de concluir: Processo de produção = Reino da técnica, repetindo as "questões de propriedade" disto ou daquilo no segundo plano.

Justamente: nós escrevemos que esses personagens encontram-se "por assim dizer" nas duas extremidades do processo de produção. Levando as coisas em sua pura aparência, nossos "economistas" (inclusive "marxistas") têm razão: a posse ou não-posse dos meios de produção é simplesmente cláusula jurídica, uma questão de "propriedade". "Quanto a mim, diz o capitalista, possuo a propriedade dos meios de produção e, por consequência, jurídica (consultem o Código Civil), possuo também a propriedade dos produtos – tenho a liberdade de ceder uma parte dos mesmos aos meus operários sob a forma de salário, como é, aliás, 'normal', em troca de seu 'trabalho'". Mas, nós escrevemos: "por assim dizer". Que é uma forma de fazer sentir que não é verdade. Agora, podemos mostrar por que motivo.

As relações de produção capitalistas são as relações da exploração capitalista.

A partir de agora, para demonstrar tal afirmação, limitar-nos-emos à análise do que se passa no modo de produção capitalista, muito precisamente em uma formação social como a França contemporânea (estamos em 1969) dominada pelo modo de produção capitalista.

Que o modo de produção capitalista seja aí dominante significa que, na França, ainda existem elementos de um ou de modos de produção anteriores, diremos neste caso, "setores" em que subsistem elementos de decomposição do modo de produção "servil" ou feudal: em primeiro lugar, a grande propriedade rural (fundamento da renda fundiária)¹⁸, em seguida, os "pequenos produtores independentes", artesãos urbanos ou rurais (o que se chama de pequenos produtores familiares), etc.

Mas, o modo de produção capitalista domina essas formas arcaicas, não somente pela transformação da renda fundiária "natural" em renda fundiária capitalista, mas pela dominação quase total do mercado capitalista sobre os "pequenos produtores independentes" que subsistem.

Quanto às cooperativas de compra, de venda ou de produção (estas últimas, muito raras), fazem parte efetivamente do modo de produção capitalista e não são "a antecipação" direta do modo de produção socialista a não ser na mente de alguns utopistas ultrapassados ou de alguns oportunistas.

Que a França de 1969 seja uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista significa que a produção (de bens socialmente úteis, ou valores de uso, lançados no mercado como mercadorias, ou valor de troca, portanto, a produção real e efetiva de objetos de utilidade social real) efetua-se segundo Relações de produção capitalistas.

Ora, essas relações de produção capitalistas são, ao mesmo tempo, as próprias relações da exploração capitalista. Daqui a pouco, veremos que ainda é necessário avançar mais longe.

Mas, cuidado. Não se trata de confundir tudo e – desde que ficou compreendido que a produção capitalista era, ao mesmo tempo, a exploração capitalista – "passar por baixo do pano" a produção para considerar apenas a exploração,

O modo de produção capitalista tem por efeito, entre outros, produzir realmente objetos de utilidade social que são consumidos, seja "individualmente" ou "coletivamente"¹⁹ (pão, açúcar, automóveis, aparelhos de rádio, aviões e também... armas), seja "produtivamente" (meios de produção). Em toda formação social, quer comporte ou não classes sociais, todo modo de produção tem, entre outros, esse efeito material de base. E, nesse aspecto, em função da tecnologia existente, que é atualmente internacional²⁰, o trigo "soviético" ou chinês é efetivamente trigo, idêntico ao trigo "capitalista", um automóvel "soviético" ou "chinês" é efetivamente idêntico a um automóvel "capitalista", muito

Aliás, sabe-se que Lenin defendeu a tese ("imaginária", mas teoricamente interessante) que, em uma formação capitalista "pura" (sem resíduos do modo de produção "feudal"), a terra poderia ou, até mesmo, deveria ser... "nacionalizada", portanto, propriedade do Estado que a alugaria (segundo uma "renda" puramente capitalista, isto é, segundo uma renda diferencial descontada da renda absoluta) aos empresários – fazendeiros capitalistas.

19. Lembro que *O capital* não contém a teoria da unidade de produção, nem a teoria da unidade de consumo. Essas teorias ainda não foram elaboradas.

20. Nem sempre o foi. Tornou-se internacional depois da constituição do "mercado mundial", ou da "história universal", que só começa verdadeiramente com a constituição do modo de produção capitalista.

18. Evoco um efeito dessa "sobrevivência" (= a "classe" dos grandes proprietários rurais) não depende do modo de produção capitalista.

simplesmente porque as categorias sociais e políticas (socialista, capitalista) não se aplicam aos objetos de utilidade social, nem tampouco aos Meios de produção. É claro, os que pretendem suprimir toda diferença entre os regimes sociais invocam o caráter internacional (já que físico) dos produtos de utilidade social (da imensa maioria desses produtos) e da tecnologia para fundamentar suas teorias das "sociedades industriais" ou outras futilidades.

Podemos até mesmo dar-lhes o prazer de lhes fornecer, gratuitamente e na aparência, um argumento suplementar, dizendo que efetivamente todo processo de trabalho idêntico, ou até mesmo todo processo de trabalho em geral, que tenha sido efetuado sob qualquer modo de produção, ou "regime", coloca face a face seus elementos imutáveis: objeto de trabalho, instrumentos de trabalho, força de trabalho. Neste aspecto, a imaginação de nossos utopistas, apologistas do neocapitalismo, ou reformistas, põe-se em movimento e promete-nos mundos e fundos (seja o fim das classes, seja o comunismo) quando a automação estiver generalizada... já que suprimirá "por assim dizer" quase toda intervenção da *Força de trabalho*... portanto, sua exploração!

Sejamos sérios. Se o modo de produção capitalista produz efetivamente objetos de utilidade social, tal produção é efetuada somente sob relações de produção muito particulares (vimos, sucintamente, quais eram elas, sob uma forma muito provisória) que as transformam, ao mesmo tempo, em relações de *exploração*. Isso é verídico a respeito de toda sociedade de classes, mas essas relações de exploração assumem uma forma específica nas formações sociais capitalistas.

Eis em que aspecto as relações de produção capitalistas são relações de exploração capitalista. Em princípio, isso se traduz muito concretamente da seguinte maneira.

Os Meios de produção: a matéria-prima tratada em uma fábrica, seus prédios, seus instrumentos de produção (máquinas), etc., pertencem exclusivamente a um proprietário capitalista (ou a uma Sociedade anônima, isso não altera em nada a questão). Que o proprietário capitalista dirija pessoalmente o processo de produção de sua empresa, como seu "chefe de orquestra" (Marx) ou delegue essa função a um Diretor, também não altera em nada a questão.

Em compensação, a *Força de trabalho* pertence, em cada uma de suas parcelas, a um número muito elevado de indivíduos que não possuem qualquer meio de produção, além de sua "força de trabalho" pessoal, diversamente qualificada, cuja utilização é vendida por eles ao proprietário dos Meios de produção, por determinado tempo. São contratados por dia, por semana e, em certos casos, por mês, em contrapartida de um salário. Os assalariados *adiantam* sempre, como mostrou Marx, a utilização de sua força de trabalho na medida

em que são pagos *no fim* do dia, da semana ou do mês. Entre os assalariados, figuram diferentes categorias de "pessoal": na base, os peões, os operários sem qualificação, em seguida, os operários qualificados, e depois os técnicos de nível mais ou menos elevado, quadros de diversas ordens, e ainda engenheiros de produção e diretores diversos. Além disso, o pessoal de escritório (datilógrafos, contadores, etc.)²¹.

Como todos nós sabemos, a "produção" real só pode efetuar-se quando os Meios de produção (que não "trabalham" sozinhos) são colocados em relação com a – e em ação pela – Força de trabalho, a saber, os trabalhadores *assalariados*. Mas, justamente, essa colocação em contato dos Meios de produção – que não pertencem aos operários assalariados, mas ao proprietário capitalista – com esses operários, que permite a efetivação da produção material, efetua-se em regime capitalista e *unicamente* segundo essas relações, por um lado, de posse dos Meios de produção e, por outro, de não posse dos mesmos meios de produção (os não-detentores dos Meios de produção apenas detêm sua força de trabalho individual), *que convertem ipso facto as relações de produção capitalistas em relações de exploração*.

Vimos onde residia (é a grande descoberta de Marx) essa exploração: no valor cedido pelo capitalista ao trabalhador "livre", em troca da compra da utilização de sua força de trabalho. Ao seu assalariado, o capitalista limita-se a ceder (por contrato) o salário, isto é, uma *parte* somente do valor produzido pelo trabalho do assalariado. O capitalista detém, juridicamente, todos os produtos, cujo valor representa 1) o valor das mercadorias utilizadas, como matéria-prima, desgaste das máquinas, etc., na produção garantida pelo trabalhador e 2) um sobreproduto que, por sua vez, é dividido (de forma desigual) em duas porções, o salário cedido ao trabalhador e a "mais-valia" extorquida ao trabalhador que o capitalista embolsa sem maiores formalidades. E "todo o mundo fica contente", diz o capitalista, já que ele "arriscou" seu capital, e que é necessário que embolse um "lucro" que pague seu... "risco", e já que o trabalho do operário foi pago em conformidade com "seu valor".

21. Aqui, deixo de lado duas questões, atualmente, "na ordem do dia" – e não sem razão – a da diferença entre trabalhadores produtivos e trabalhadores improdutivos, e a do "Trabalhador coletivo". Atualmente, este último conceito de "Trabalhador coletivo" tem feito correr tanta tinta que faz "germinar a esperança". Assinalo que para nos servirmos do conceito de trabalhador coletivo de um ponto de vista teórico conveniente, é necessário acoplá-lo a um conceito inédito que sugiro à reflexão dos amadores do "Trabalhador coletivo", o conceito de "Explorador coletivo" ... que recebe uma denominação do próprio Marx: *os detentores e os agentes ou auxiliares, diretos e indiretos, do capital*.

A infelicidade desse "raciocínio", que foi desmantelado por Marx, é que 1) nenhuma categoria jurídica ou outra pode registrar a "necessidade" de dar, quele que tem a sorte de possuir um capital, lucro "em troca... do risco" que orreu - aliás, situação que, geralmente, não se verifica, e 2) o valor cedido ao trabalhador individual sob forma de salário não representa, de modo algum, o valor de seu trabalho", mas somente o valor necessário à reprodução de sua força de trabalho individual, valor que nada tem a ver com o "valor do trabalho", qual é, aliás, propriamente destituído de qualquer sentido teórico²².

Eis a razão pela qual as relações de produção capitalistas que garantem a produção real dos valores de uso (ou produtos de utilidade social), garantem ao mesmo tempo, inexoravelmente, a exploração da Força de trabalho pelo Capital. Eis a razão pela qual as relações da produção capitalista são, ao mesmo tempo, e da exploração capitalista.

A isso é necessário acrescentar uma determinação que pertence propriamente ao regime capitalista.

Com efeito, um certo número de leitores há de aceitar a realidade da análise que acaba de ser apresentada. Mas acrescentará: tudo bem, o modo de produção capitalista é efetivamente um modo de produção que produz objetos de utilidade social, mas *no momento* de tal produção o capitalista dá um jeito de subtrair aos trabalhadores a mais-valia. Em suma, o capitalista seria um homem bastante esperto para "encher-se de dinheiro" com a produção real dos objetos de utilidade social exigidos pelas necessidades "dos homens".

Não é nada disso. Marx mostrou que, ao contrário da maior parte dos modos de produção anteriores para os quais essa explicação é, talvez, válida, o capitalismo é um modo de produção que tem como objetivo nº 1 não a produção dos objetos de utilidade social, mas a produção da mais-valia e a produção do próprio capital. É o que exprime a expressão corrente: o motor do regime capitalista é a "procura do lucro". Deve-se dizer mais rigorosamente: o motor do capitalismo é a produção da mais-valia *por meio* da produção dos objetos de utilidade social, é o crescimento *ininterrupto*, *portanto*, *ampliado*²³ da exploração *por meio* da produção.

2. O trabalho, cuja "quantidade" serve para medir-comparar os valores dos produtos, não pode, por definição, "ter valor" (Marx) [logaritmo amarelo].

3. O conceito de "ampliação" desempenha um papel absolutamente essencial na teoria do modo de produção capitalista. Teremos a ocasião de verificá-lo.

No modo de produção capitalista, a produção dos objetos de utilidade social é inteiramente subordinada à "produção" da mais-valia, isto é, à produção ampliada do capital, ao que Marx chama "a valorização do valor". Os bens de utilidade social (os "valores de uso") são realmente produzidos pelo modo de produção capitalista, mas este não os produz enquanto objetos de utilidade social, destinados a esse "fim" aparentemente primordial: satisfazer as necessidades sociais. São produzidos enquanto mercadorias, produzidas pela compra dessa mercadoria que é a força de trabalho, com um só e único fim: "produzir", isto é, extorquir mais-valia aos operários pelo jogo desigual entre estes dois valores: o valor do sobreproduto e o valor do salário.

Em um tempo em que tanto os ideólogos do neocapitalismo quanto os neo-anarquistas passam a exploração por baixo do pano - os primeiros defendendo a idéia de que já não existe economia capitalista, mas uma "Economia dos serviços"; os segundos declarando que a essência da exploração é a repressão - é necessário lembrar esta verdade revelada por Marx. Tudo o que se passa em uma formação social capitalista, inclusive as formas da repressão de Estado de que ela é acompanhada (e veremos quais são elas e por quê), *está enraizado na base material das relações de produção capitalistas que são as relações da exploração capitalista e em um sistema de exploração em que a própria produção está subordinada à exploração e, portanto, à produção ampliada do capital.*

Mas antes de voltar a essas famosas formas da repressão de Estado é necessário ver mais de perto, nem que fosse em alguns exemplos limitados, como esse primado das relações de exploração capitalistas se exprime e se exerce nas próprias formas, inclusive nas formas técnicas da produção capitalista.

IV - A divisão social é a realidade da divisão "técnica" do trabalho: produção, exploração e luta de classe na produção

A tese que defenderemos é absolutamente clássica e pode-se encontrar seus fundamentos, por toda a parte, em *O capital* de Marx e na obra de Lenin e dos continuadores destes dois autores.

1) As relações de produção determinam radicalmente todas as relações aparentemente "técnicas" da divisão e da organização do trabalho.

2) Em virtude do que foi dito precedentemente - ou seja, que as relações de produção são as relações da exploração capitalista - estas determinam radicalmente, não em geral e indistintamente, mas *sob formas específicas*, todas as relações aparentemente "técnicas" que intervêm na própria produção material.

Dito em outras palavras, as relações de exploração não se traduzem somente pela extorsão da mais-valia, consagrada pelo salário e por todos os efeitos da economia de mercado. É no salário que a exploração exerce seu efeito nº 1, mas ela exerce outros efeitos específicos na prática da própria produção, sob as espécies da divisão do trabalho.

Para fazer aparecer a existência de alguns desses efeitos, introduzimos recentemente²⁴, em um sentido diferente daquele em que Marx o emprega, o conceito de *divisão social* do trabalho, opondo-o à divisão técnica do trabalho. Com efeito, Marx emprega em *O capital* a expressão "divisão social do trabalho" para designar o que propomos chamar de *divisão do trabalho social*, a saber, a divisão da produção social entre diferentes ramos: agricultura e indústria e, em seguida, diferentes ramos da indústria. Em virtude da comodidade da expressão que nos parece ser muito "falante", propomos conservar a inovação terminológica que introduzimos e, portanto, designaremos por *divisão social* do trabalho o efeito das relações de produção enquanto relações de exploração no próprio âmbito do processo de produção. Nosso "adversário" é uma vez mais o mesmo: a ideologia tecnicista-tecnocrática que pode ser caracterizada com a designação de "economicista". Vimos que todo modo de produção utiliza uma combinação de processos de trabalho que exigem que algumas operações definidas sejam executadas por agentes qualificados, em uma ordem rigorosamente definida, e a partir de formas rigorosamente definidas. O que implica, para cada processo de trabalho, uma divisão técnica em diferentes *postos* definidos, e uma organização, portanto, uma direção da organização da divisão do trabalho definida. Isso para cada processo de trabalho: com maior força de razão, quando um processo de produção compreende, como é sempre o caso, um número elevado de processos de trabalho.

Nossos bons "economistas" tiram daí, imediatamente, a conclusão muito simples, a saber, que no processo de produção apenas se passam fenômenos *puramente técnicos*: divisão puramente técnica do trabalho, organização puramente técnica do trabalho e direção puramente técnica do trabalho. Invocarão as próprias exigências da produção e dirão que é necessário, para que a produção seja garantida, que exista divisão, organização e direção do trabalho; que, por consequência, é necessário que existam "trabalhadores braçais" e "trabalhadores intelectuais", portanto, por um lado, operários e técnicos e técnicos de diversas qualifica-

24. Em um artigo publicado em *Nouvelle Critique*, "Problèmes étudiants", n. 152, janeiro de 1964; neste texto, estamos retificando a tendência "tecnicista" e "teorista" que marcava alguns de seus desdobramentos.

ções e, por outro, a hierarquia dos diretores, administradores, engenheiros, técnicos superiores e quadros, etc. Essas são "evidências que saltam aos olhos". Não será que o próprio Marx as reconheceu? São necessários chefes de seção e um "chefe de orquestra" para organizar a divisão do trabalho e dirigir essa organização. A isso os nossos "economistas" acrescentam que, na empresa, é suficiente "humanizar" as relações entre quadros, engenheiros, diretores, por um lado, e, por outro, operários. Basta ler Louis Armand ou Bloch-Lainé para obter a prova cotidiana de que a ideologia "economicista" e a ideologia "humanista" são as duas faces de uma só e mesma ideologia.

Ora, toda a obra de Marx é o comentário, e toda a experiência prática, a rude e impiedosa experiência cotidiana feita pelos operários das relações reais que dominam e regulamentam a divisão e a organização "técnicas" do trabalho, é a prova de tal situação: essas "evidências" da divisão, organização e direção puramente técnicas do trabalho são uma pura e simples ilusão, pior, uma pura e simples impostura, utilizada a fundo pela luta de classe capitalista contra a luta de classe operária para manter os operários em sua condição de explorados²⁵.

Com efeito, por estar presente aí em cada instante, é na própria produção que está enraizada a inextinguível luta de classes entre exploradores e explorados.

Nesse nível, o argumento nº 1 da luta de classe capitalista consiste na impostura ideológica da natureza "puramente técnica" da divisão, organização e direção do trabalho. Ora, com Marx, seguimos o sentido diametralmente oposto dessa mistificação e declaramos que todas as formas nas quais se exercem as funções pretensamente "técnicas" da divisão do trabalho são o efeito direto e indireto das relações de produção dominantes e, na França, das relações de produção capitalistas. Em virtude disso afirmamos que toda divisão técnica do trabalho é, na realidade, uma *divisão social do trabalho*. Enquanto marxistas, devemos considerar que todo argumento ou toda apresentação das formas atuais da divisão do trabalho como puramente técnicas devem ser recusados e denunciados como puros e simples argumentos da luta de classe capitalista.

Para prová-lo, contentar-me-ei em desenvolver três pontos.

25. Que certos engenheiros, até mesmo jovens, formados em seu *cursus* escolar por uma injeção de elevada dose de ideologia "economicista-humanista", "vivam" realmente (para eles), inclusive com a melhor vontade de "proceder bem", sua condição e seu trabalho como puramente técnicos, não altera em nada a questão. Formados por suas escolas em uma ideologia que, por sorte (nem sempre é o caso, daí determinadas "fricções" que, com a ajuda das "circunstâncias" – por exemplo, Maio – podem ir longe) reina na empresa em que estão empregados, como será possível imaginar que eles não "vivam" sua ideologia como sendo a "natureza das coisas"? São necessárias experiências bem marcantes para desenganá-los, no pressuposto de que, por falta de interesse, sintam desejo disso.

1) Todo processo de produção implica a existência de vários processos de trabalho, portanto, de um número definido de postos de trabalho qualificado, inclusive de postos necessários para a organização, coordenação e direção do processo de produção. É, em última instância, o estado dos meios de produção, antes de tudo, a unidade tecnológica objeto de trabalho-instrumentos de trabalho²⁶ que comanda a definição desses postos.

Ora, na nossa sociedade de classes capitalista, esses postos são providos com base em uma divisão de classe implacável e insuperável. Os postos do "trabalho braçal" operário e alguns postos de técnicos e pequenos quadros (contramestres e, a rigor, chefes de seção) são ocupados de forma vitalícia por membros da classe operária. Quanto aos outros postos, de organização um pouco superior, em seguida, de "concepção" e de direção parcial do processo de trabalho, são monopolizados por membros de outras camadas sociais, engenheiros e técnicos, quadros médios e superiores; enfim, os postos mais importantes pelos próprios capitalistas ou seus representantes diretos.

A divisão em classes sociais está, portanto, presente na divisão, organização e direção do processo de produção, pela distribuição dos postos em função da classe social (e da correspondente "formação" escolar mais ou menos "curta" ou longa) dos indivíduos que os ocupam.

Que a maioria desses indivíduos, engenheiros, quadros superiores e, até mesmo, Diretores, sejam em número cada vez maior simples assalariados²⁷, não altera em nada a questão. Entre os assalariados, existem diferenças de classe porque não é a origem da remuneração que determina a classe social de cada um²⁸. O fato de que essa divisão em classes exerça efeitos implacáveis na divisão do trabalho manifesta-se, de maneira notável, no sentido de que somente raros operários chegam a subir alguns escalões, qualificar-se um pouco melhor graças a esforços muito rudes – mas o operário que se torna engenheiro e, por maior força de razão, diretor, é na nossa sociedade uma peça de museu que é exibida para fazer crer na "possibilidade" do impossível, para fazer crer que as

26. Cf. a demonstração de E. Balibar, *Lire Le capital*, tomo II, Maspéro ("Petite collection").

27. "Simples assalariados". Até mesmo nesse aspecto, seria necessário ver a coisa mais de perto. A remuneração de um engenheiro permite-lhe, por exemplo, "aplicar as economias" na Bolsa de Valores, para mencionar apenas esse caso. Então, do ponto de vista de sua remuneração, ele deixa de ser "um simples assalariado" para participar, pela redistribuição da especulação sobre a mais-valia, da exploração capitalista.

28. Conforme é provado pelas últimas linhas de *O capital*, infelizmente, interrompidas.

classes sociais não existem e que é possível, quando se nasce e se é operário, "elevar-se acima de sua classe". A realidade bem simples e nua protesta contra essas exhibições escandalosas.

A imensa maioria dos operários são operários por toda a vida. O inverso é ainda mais verídico: nunca um engenheiro ou quadro superior chegará a "cair" na condição operária, salvo (limite raríssimo e mesmo assim!) nos casos de crises econômicas catastróficas. Uma linha impiedosa de demarcação de classe separa efetivamente duas categorias de homens: a divisão "técnica" do trabalho é muito simplesmente a máscara do "parqueamento" de uns na condição operária e a possibilidade para os outros, seja de postos elevados imediatamente atribuídos, seja de "carreiras" bastante ou (muito) amplamente abertas²⁹.

2) Essa linha de demarcação encobre exatamente uma outra: aquela que "justifica" a primeira. Com efeito, uns possuem o *monopólio* de certos conteúdos e de certas formas de saber, portanto, de "savoir-faire" (os engenheiros, quadros e técnicos superiores, Diretores e todos os seus auxiliares), enquanto os outros (os peões, OS e OP*) são *parqueados em outros conteúdos* e formas de "savoir-faire". O monopólio dos primeiros tem como contrapartida, para a imensa maioria dos operários esgotados pelo ritmo de trabalho

29. Assinalo, aqui, uma ilusão extremamente tenaz e prejudicial do ponto de vista teórico e político. O que se passa em uma empresa (já que apresentamos tal exemplo) é sempre um *efeito* do que se passa no sistema capitalista considerado em seu conjunto, portanto, um efeito que, em certos casos, pode ser propriamente *indescifrável* somente no nível da empresa. É o caso da "distribuição-parqueamento" que denunciamos aqui. Qualquer engenheiro dirá a você: "O que é que você quer? Preciso de um fresador, mando publicar um anúncio. Apresenta-se um fresador. É admitido. Será culpa minha se ele não é *senão* fresador?". Ao pé da letra e em seus limites, isso não é "falso". Mas justamente as "capacidades", isto é, a não-qualificação ou a qualificação *não são da responsabilidade da empresa*, considerada em si mesma, mas de um sistema *exterior* a ela, o sistema escolar que "forma" mais ou menos tais e tais indivíduos, em função de seu meio de origem, através de mecanismos que estudaremos, e que reduplicam as proibições práticas, econômicas e ideológicas ("culturais"; essas foram estudadas por Bourdieu-Passeron) que *repartem antecipadamente*, a partir de uma base de classe, os indivíduos recrutados pelas empresas. Nesse aspecto, o raciocínio do empresário não é "falso"; prova simplesmente que o empresário é "superado" pelos acontecimentos. Mas, como por acaso, esses acontecimentos "que o superam", chegam de antemão a um admirável acordo em relação à distribuição-parqueamento cujo dispositivo está sempre-já pronto em sua empresa, justamente plano nacional para a distribuição-parqueamento que irá se efetuar na empresa, é o sistema escolar capitalista correspondente ao sistema da exploração de classe capitalista, e *não um outro*: e não poderá ser diferente do que é, embora isso não seja do agrado de certos sonhadores, enquanto continuarem funcionando as bases da exploração capitalista, isto é, as relações de produção capitalistas.

* N.T.: OS, sigla de *Ouvrier spécialisés* = operário sem qualificação; e OP, sigla de *Ouvrier professionnel* = operário qualificado.

e, apesar do mito de todos os "cursos noturnos" imagináveis, *uma proibição prática*: proibição de "sair" dos conteúdos e formas de "saber" nos quais foram parqueados pela exploração.

Essa segregação, interior a todo processo de produção, marca profundamente o caráter "social" de toda divisão pretensamente técnica do trabalho. Nem sempre é vantajosa para os supostos "sábios", ou seja, os engenheiros e outros técnicos superiores. Estes ignoram uma quantidade de coisas que os operários aprendem com sua prática ou através de esforços pessoais, e os operários acabam por aperceber-se de que, muitas vezes, "encontram solução" para "problemas" que deixam bastante embaraçados certos engenheiros que, assim, são julgados pelos operários. Conjuntamente com a experiência do "parqueamento", isso também contribui para a consciência de classe e para a luta de classe operária.

Mas, na *massa de seus efeitos*, o monopólio oficial de certos saberes, e a proibição prática dos mesmos "saberes" para os operários, mantêm nas relações de uma "divisão do trabalho" declarada puramente técnica, a onipotência da divisão social das relações de produção, pela *autoridade* dos primeiros sobre os segundos. Com efeito, não existe divisão, organização e direção do trabalho, sem *relações hierárquicas de autoridade*. Ora, a autoridade está sempre do mesmo lado e são sempre os mesmos que a exercem e sempre os mesmos que a suportam, *praticamente por toda a vida*.

3) Eis a prova: em qualquer fábrica, a organização do processo de trabalho baseia-se sempre no exercício da *sanção* dessa dominação de classe, em uma *repressão* que nada deve aos policiais porque se exerce no próprio interior da divisão do trabalho e por seus próprios agentes. Não há nada a fazer, no pressuposto de que a empresa não comporte um pessoal "ultramoderno" formado nas técnicas pseudocientíficas da "psicossociologia" das "*human-relations*", e até mesmo nesse caso, no pressuposto de que não existam funções de vigilância e repressão que podem ser ou não acumuladas por agentes encarregados da organização do trabalho: quadros, engenheiros, etc. Multas, mudanças de posto, atribuição ou supressão de bonificações, dispensas constituem o quinhão cotidiano dos operários. A esse nível, trava-se uma surda luta de classes. No limite, o que está em questão é um controle mais ou menos "político", para não dizer policial, na contratação, e sempre a "vigilância" exercida sobre os delegados ou militantes sindicais e sua dispensa, até mesmo abusiva. Com efeito, um grande número de empregadores preferem ser condenados pelas comissões paritárias a uma multa que, para eles, será incluída nas "despesas gerais", em vez de "tolerar" a presença de um "elemento indesejável", cuja ação, pensam eles com toda a razão, poderia acabar por custar-lhes mais caro do que

sua condenação. Como todo o mundo sabe, contra esses abusos, a maior parte dos fiscais são impotentes, quando não cúmplices.

Na repressão interna, exercida sobre assalariados por assalariados, estes últimos sob as ordens da diretoria, que é sempre uma diretoria de classe que pratica na empresa uma política de exploração e de superexploração, completa-se a demonstração prática de que a divisão puramente "técnica" do trabalho não passa da máscara de uma divisão completamente diferente, a *divisão social*, efeito da divisão de classes. Não é por acaso que os operários dizem tão bem que o engenheiro é "um pedaço de patrão". Que uma certa evolução esteja em andamento entre alguns engenheiros, não altera em nada o fundo do problema, em sua massa.

É a razão pela qual a distinção de classe, mencionada por Marx, desde a *ideologia alemã*, entre o "trabalho braçal" e o "trabalho intelectual", apesar do caráter bruto e brutal da fórmula³⁰, é efetivamente uma realidade. É a característica de todas as sociedades de classes, é sempre e cada vez mais a característica da sociedade moderna de classes capitalista, apesar dos "progressos espetaculares das ciências e das técnicas", e do crescimento dos efetivos de novas categorias de "trabalhadores intelectuais", por exemplo, os "pesquisadores" a respeito dos quais falaremos em tempo útil. É a razão pela qual Marx acertou ao dizer que o socialismo deveria "abolir a divisão entre o trabalho braçal e o trabalho intelectual". É a razão pela qual a insistência desesperada de Lenin no sentido de instalar (infelizmente, com um sucesso muito limitado) uma nova formação escolar, *politécnica*, e, ainda por cima, combinando o *trabalho braçal na produção real* com o trabalho intelectual, teve - e tem - tal importância³¹.

30. Essa oposição entre "trabalho braçal" e "trabalho intelectual" exige, manifestamente, um importante aprofundamento teórico porque ela é somente uma *primeira* expressão que designa uma realidade incontestável. Quando a formulou, Marx tinha evidentemente em mente referências muito "clássicas" em que aqueles que não faziam nada (a não ser usufruir de sua fortuna) ou davam ordens aos explorados, reivindicavam sem razão que estavam "trabalhando" com sua inteligência para fazer sentir que as classes inferiores, já que desprovidas de inteligência, não podiam evidentemente trabalhar a não ser com "suas mãos" (Platão). Tinha também em mente a grande indústria em que o trabalhador não passa de um puro e simples anexo (automático) da máquina (automática). A realidade é mais complexa: não é possível qualquer trabalho braçal sem um mínimo de "trabalho" intelectual. Mas, em seu *princípio*, a distinção permanece perfeitamente justificada no sentido de que assinala *uma distinção de classe real* da qual devemos procurar as formas e efeitos *precisos*.

31. Sobre essa questão, em um dos próximos números de *Escolas*, publicaremos um longo texto de Krupskaja que não deixa lugar a qualquer equívoco: evoca as tentativas quase desesperadas de Lenin e o fracasso parcial de sua política escolar.

É a razão pela qual as novidades que nos chegam através do que podemos discernir de certas experiências da Revolução Cultural (estágios obrigatórios para os "intelectuais" de todas as ordens na produção direta, reviravolta "regulamentada" da distribuição dos produtores entre diferentes postos braçais e intelectuais, promoção real das funções de execução a funções da mais elevada competência e responsabilidade) parecem-nos ter alguma relação com a luta de classes contra a determinação radical, existente na França, da "divisão técnica do trabalho" pela "divisão social do trabalho".

Em minha opinião, já não é necessário demonstrar que se trata de luta de classes e que essa luta está diretamente enraizada nos efeitos das relações de produção no próprio interior do processo de produção.

Se recapitulamos os resultados de nossa análise, podemos dizer o seguinte:

1) As relações de produção capitalistas são as relações da exploração capitalista. Essa exploração se exerce pela extorsão da mais-valia que é consagrada nos limites do salário. Este é concedido em contrapartida de um trabalho que é efetuado nas empresas de produção.

2) No interior dessa produção, as relações de produção traduzem-se por efeitos que, coincidindo e reduplicando efeitos de classe e de luta de classe, chegam a este resultado maciço: a dominação irredutível da divisão social sobre a pseudodivisão "puramente técnica do trabalho". Essa divisão social, que é um efeito da repartição dos indivíduos em classes, chega a uma dupla e conjugada demarcação, na própria empresa, entre o *monopólio de certos empregos* (vinculados a certos "saberes") reservados a uma parte do "pessoal" e o *"parqueamento" nos empregos subalternos* (e a proibição de "saber") para a outra parte do "pessoal", os operários.

3) Nesse caso, em uma empresa, pode-se classificar o conjunto do pessoal em três grandes categorias:

a – As categorias daqueles que garantem unicamente *funções de produção*: todos os operários, peões, OS, OP e alguns técnicos (se for o caso): os proletários no sentido estrito do termo;

b – A categoria daqueles que garantem *funções de exploração*, as quais são sempre *ao mesmo tempo* funções de produção (engenheiros, técnicos superiores, diretores da produção, etc.);

c – A categoria daqueles que garantem *funções de repressão* que podem ser confundidas com funções de exploração (quadros, em seguida, o contramestre, chegando até a certos engenheiros) ou não (vigias recrutados para tal efeito em

inúmeras fábricas para a alcaguetagem e todas as manobras policíacas de baixa luta anti-sindical, etc.).

Quando se souber que todo esse pessoal é *assalariado*, portanto, por um motivo ou outro "explorado", mas que existem diferenças muito grandes entre os diferentes salários e as diferentes condições de trabalho (os operários submetidos a ritmos extenuantes, enquanto os engenheiros trabalham em condições completamente diferentes), sem falar da diferença fundamental entre as funções de produção pura e a combinação muito variada das funções de exploração, produção e repressão, concordar-se-á com a *extrema complexidade das formas*, inconscientes e conscientes, da *luta de classes* que reina no próprio âmbito do processo de produção.

4) Em todo caso, deve-se ver claramente que todos os elementos (inclusive as três funções) que acabamos de analisar têm exclusivamente por base e por objetivo a *exploração* dos trabalhadores assalariados, antes de tudo, dos "mais explorados", cada vez mais duramente explorados, dos puros agentes da produção, os *proletários*.

É necessário ver claramente que todo o sistema do monopólio e do parqueamento, todas as diferenças de função, inclusive as funções de repressão (que não passam de *um* dos elementos interiores ao sistema) contribuem unicamente para essa exploração e essa superexploração.

É um erro anarquista pretender que "a produção funcione por meio da repressão", portanto, colocar no primeiro plano do processo de produção-exploração um só de seus elementos, ainda por cima, subordinado: a repressão.

Como "funciona" a produção-exploração?

Esta "funciona", em primeiro lugar e antes de tudo, porque os proletários e outros assalariados, *por não possuírem qualquer meio de produção*, são obrigados, para muito simplesmente *viverem*, empregar-se na produção que os explora. É por isso que eles se apresentam "sozinhos" na agência de recrutamento e, uma vez contratados, vão "sozinhos" ocupar seu posto, de dia ou de noite. É a causa absolutamente determinante, mas não é a única.

A produção-exploração "funciona" também através do *dispositivo atual dos Meios de produção*, através da "linha de montagem" que agarra os trabalhadores e impõe-lhes, de maneira implacável, seu ritmo. Marx já tinha colocado toda a ênfase em tal situação: os operários passaram da "mão-de-obra" para simples apêndices automáticos da máquina.

A produção-exploração funciona também por meio da *ideologia burguesa* do "trabalho" cujos efeitos atingem, em primeiro lugar, os operários já que se

trata de uma ideologia da luta de classe capitalista. Essa ideologia que "leva os operários na conversa" compreende essencialmente os seguintes elementos, que são outras tantas ilusões e imposturas, afinal, "bem-sucedidas" enquanto não forem combatidas pela luta de classe operária: 1) A ilusão jurídica burguesa segundo a qual "o trabalho é pago segundo o seu valor"; 2) A ideologia jurídico-moral correspondente de que é necessário "respeitar seu contrato" de trabalho e, através dele, as regras da ordem interna da empresa; e 3) A ideologia economicista-tecnista de que "é necessário que existam postos diferentes na divisão do trabalho" e tais indivíduos para ocupá-los. Essa ideologia contribui muito mais do que a repressão para "levar os operários na conversa".

A produção-exploração funciona, *por último*, com o complemento de certas medidas de repressão, umas espontâneas, outras muito refletidas (pelos "patroões de combate": vigias + "sindicatos da casa", cf. Simca e Citroën).

Compreende-se que, nessas condições, a luta de classe operária na produção não aconteça por si só. Está enraizada e forma-se nas realidades cotidianas extremamente duras da *experiência* da exploração; da demarcação de classe existente entre os "manuais" e os não-manuais, demarcação que não é minorada pelo comportamento "liberal" ou, até mesmo, "progressista" deste ou daquele engenheiro ou técnico (muitas vezes, simples máscara do "paternalismo"); do comportamento real dos quadros, engenheiros e dos agentes da repressão. Mas essa mesma luta de classes esbarra nas formidáveis armas da luta de classe capitalista, tanto mais temíveis pelo fato de que nem todas são visíveis como armas: em primeiro lugar, depois da posse dos Meios de produção e da extorsão da mais-valia, as *ilusões-imposturas da ideologia burguesa do trabalho* que acabam de ser mencionadas. Os militantes sindicais da luta de classes conhecem perfeitamente a situação: são obrigados a lutar, passo a passo, contra essa ideologia e retomar, dia após dia, o mesmo combate para destruírem essa mistificação em sua própria consciência (o que não é fácil) e na consciência de seus camaradas. Luta contra a exploração (salários, ritmos de trabalho, desemprego), luta contra as imposturas da ideologia burguesa do trabalho, luta contra a repressão, tais são as três formas, *sempre imbricadas*, da luta de classe econômica na produção.

Se é assim, podemos compreender sua razão de ser:

- 1) A *luta de classe* se exerce fundamentalmente nas condições do trabalho e nas formas da divisão do trabalho nas empresas, sendo que a *luta de classes política está enraizada na luta de classes econômica*;
- 2) A luta de classe econômica é uma luta contra a exploração incessantemente acentuada: não só contra a forma material brutal da exploração, a tendência do capitalismo no sentido de diminuir o salário, e contra as "técnicas"

de classe visando o aumento da produtividade (ritmos de trabalho, etc.), *mas também* a propósito da divisão social-técnica do trabalho que reina nas empresas, e contra a ideologia burguesa e a repressão. Não é somente pela experiência de sua exploração material (salário, ritmos de trabalho), mas também pela experiência das formas de seu "parqueamento" na divisão do trabalho que é edificada a consciência de classe da classe operária: ela não pode edificar-se a não ser em uma luta ideológica constante contra a ideologia burguesa do trabalho.

Compreende-se, então, a razão pela qual a classe capitalista e seus ideólogos têm tal interesse em apresentar a divisão social-técnica do trabalho que é, em última instância, uma divisão de classe do trabalho, como uma *divisão puramente técnica*. Compreende-se a razão pela qual a luta aberta contra essa mistificação e essa impostura da luta de classe capitalista possa revestir tal importância para a luta de classe revolucionária do proletariado. O economicismo, seja qual for a forma sob a qual se apresenta, inclusive sob as formas das "evidências" da "técnica" e da "tecnicidade", é o perigo nº 1 que ameaça a consciência de classe operária em sua própria base, exatamente na situação em que, na produção, se exerce a exploração capitalista.

Compreende-se também a razão pela qual aqueles que têm interesse em disfarçar as relações de classe da divisão social do trabalho em relações "neutras" da pretensa "divisão técnica" do trabalho denunciada por qualquer teoria marxista, interessam-se igualmente em considerar, por outro lado, as relações de produção capitalistas como simples relações de *propriedade*, simples relações jurídicas. Começamos a compreender que, entre uma interpretação "economicista-tecnista" da divisão do trabalho e uma concepção jurídica das relações de produção, existe uma só e mesma unidade: a da ideologia burguesa da luta de classe capitalista. Daqui a pouco, veremos o que isso poderá ter como consequência prática para o próprio Movimento operário.

V – Conclusão

Não considerar as relações de produção como relações puramente técnicas ou como relações jurídicas

Se o que acabamos de dizer é justo, fica claro que as relações de produção já não têm nada a ver com simples títulos de *propriedade*. Os títulos jurídicos e, portanto, as relações jurídicas, não passam de uma forma que sanciona um conteúdo real completamente diferente dessa forma: as relações de produção e seus efeitos.

Acabamos de ver até que profundidade as relações de produção, e as relações de classes, portanto, de luta de classes, que delas derivam, agem nas relações reais que reinam no próprio processo de produção.

É claro que é insustentável a representação pela qual, por ser mais cômodo, tínhamos começado nossa explicação. As relações de produção não intervêm, sob a forma de títulos jurídicos, *antes* e *depois* do processo de produção, somente para justificar e sancionar juridicamente a posse de Meios de produção e a posse dos produtos, portanto, a extorsão da mais-valia. As relações de produção não são uma "cobertura" jurídica sob a proteção da qual efetuar-se-ia um processo de produção perfeitamente e puramente técnico.

Portanto, dupla confusão ideológica a ser evitada radicalmente:

1) A confusão técnica:

As relações de produção não são relações puramente técnicas, mas relações da exploração capitalista, inscritas como tais na vida concreta da produção inteira, como acabamos de ver;

2) A confusão jurídica:

As relações de produção não são relações jurídicas, mas algo completamente diferente: colocam em questão as relações de classes, no próprio âmago da produção.

Se é assim, começamos a entrever o que encobre o conceito científico marxista de modo de produção.

Nós o definimos [como] "uma forma de combater a natureza". Vimos que esse "ataque" consiste em utilizar Forças produtivas sob Relações de produção. Nas sociedades de classes, essas relações de produção são relações de exploração. O modo de produção de uma sociedade de classes (formação social dividida em classes) é exatamente o oposto de um simples processo técnico de produção. Além de ser o lugar da produção, é ao mesmo tempo o lugar de uma exploração de classe. É de uma luta de classes. É no processo de produção do próprio modo de produção que se estabelecem as relações de classe e a luta de classe associada à exploração. Essa luta de classes opõe a luta de classe proletária à luta de classe capitalista: trata-se de uma luta de classe econômica, mas desde agora e ao mesmo tempo, uma luta de classe ideológica, portanto, uma luta de classes que, conscientemente ou não, tem um alcance político. É nessa luta de classes de base que se encontra enraizada uma forma de luta de classes completamente diferente, inclusive a luta de classes propriamente política, em que todas as formas de luta de classes estão ligadas em um nó decisivo.

Compreende-se o interesse dos capitalistas em apresentar o processo de produção como o contrário do que ele é: como um processo puramente técnico e não como um processo de exploração; em apresentar as relações de produção

como algo completamente diferente do que elas são: como relações jurídicas e não como relações incluídas nas relações de classe e na luta de classes.

Compreende-se também que o destino de qualquer luta de classes, inclusive o destino de uma luta de classe revolucionária *vitoriosa*, depende, no final das contas, de uma justa concepção das relações de produção. Para "construir o socialismo", é necessário criar novas relações de produção que eliminem realmente os efeitos de exploração das antigas relações de produção e todos os seus efeitos de classe. A construção do socialismo não pode, portanto, se pautar por fórmulas puramente jurídicas: *propriedade* dos meios de produção + melhor organização *técnica* do processo de trabalho. No limite, essas são fórmulas que se não forem seriamente criticadas e retificadas, e muito rapidamente, correm o risco de permanecer presas na ideologia economicista-tecnicista-jurídica-humanista-burguesa do trabalho.

Qualquer mal-entendido sobre essas fórmulas e sua implacável lógica prejudica, objetivamente, a causa da revolução e da construção do socialismo.

A PROPÓSITO DA REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PRODUÇÃO

No entanto, ainda não dissemos tudo a respeito do modo de produção.

Agora, devemos fazer aparecer algo que entrevimos rapidamente quando, na nossa análise, falamos da necessidade de *renovar* os meios de produção para que esta seja possível. Tratava-se de uma indicação de passagem. Agora, vamos considerá-la em toda a sua extensão.

Como dizia Marx, até mesmo uma criança sabe que, se uma formação social não *reproduzir* as condições da produção ao mesmo tempo que produz, não conseguirá sobreviver um ano³². A condição última da produção é, portanto, a *reprodução das condições da produção*. Esta pode ser "simples" (limitando-se a reproduzir exatamente as condições da produção anterior) ou "ampliada" (estendendo-as). No tomo I, deixamos de lado esta última distinção capital que retomaremos no tomo II.

O que é, portanto, a *reprodução das condições da produção*?

Avisamos que estamos nos envolvendo, em um campo, ao mesmo tempo, muito familiar (após o livro II de *O capital*) e, singularmente, desconhecido. As evidências tenazes (evidências ideológicas do tipo empirista) exclusivamente do ponto de vista da *produção*, até mesmo da simples *prática* produtiva (em si mesma abstrata em relação ao processo de produção), fazem corpo de tal modo com nossa "consciência" cotidiana que é extremamente difícil, para não dizer quase impossível, elevar-nos ao *ponto de vista da reprodução*. No entanto, fora desse ponto de vista, tudo permanece abstrato (mais do que parcial: deformado) — até mesmo no nível da produção e, por maior força de razão, da simples prática.

Tentemos analisar as coisas com método e clareza.

32. Carta enviada a Kugelmann, em 11 de julho de 1868 (*Lettres sur Le capital*, Ed. Sociales, p. 229).

Para simplificar a nossa exposição, e se considerarmos que toda formação social depende de um modo de produção dominante³³, podemos dizer que o processo de produção utiliza as forças produtivas existentes sob relações de produção definidas.

Segue-se que, para existir, toda formação social – ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir – deve reproduzir as condições de sua produção. Portanto, deve reproduzir:

- 1) as forças produtivas;
- 2) as relações de produção existentes.

I – Reprodução dos meios de produção

Daqui em diante, todo o mundo reconhece (inclusive os economistas burgueses que têm o encargo da contabilidade nacional ou os “teóricos macroeconômistas” modernos), o motivo pelo qual Marx impôs esta demonstração no livro II de *O capital*, que não existe produção possível sem a garantia, em proporções necessariamente regulamentadas, da reprodução das condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção.

Qualquer economista que, nesse aspecto, não se distingue de qualquer capitalista, explicará a você que é necessário prever, em cada ano, a maneira de substituir o que se esgota ou desgasta na produção: matéria-prima, instalações fixas (prédios), instrumentos de produção (máquinas), etc. Nós dizemos: qualquer economista = qualquer capitalista, no sentido de que ambos exprimem o ponto de vista da empresa, contentando-se em comentar simplesmente os termos da prática financeira contábil da empresa.

Mas, graças ao gênio de Quesnay que foi o primeiro a colocar esse problema que “salta aos olhos” e ao gênio de Marx que o resolveu, sabemos que a reprodução das condições materiais da produção não pode ser pensada no nível da empresa porque não é aí que ela existe nas suas condições reais. O que se passa no nível da empresa é um efeito que nos dá somente a idéia da necessidade da reprodução, mas não permite absolutamente pensar em seus mecanismos.

Basta um simples instante de reflexão para ficarmos convencidos disso: O Senhor X..., capitalista, que produz tecidos de lã na sua fábrica, deve “reproduzir”

sua matéria-prima, suas máquinas, etc. No entanto, não é ele quem as produz pela sua produção – mas outros capitalistas, tal como o Sr. Y..., esse grande criador de carneiros da Austrália, ou como o Senhor Z..., esse grande industrial da metalurgia, produtor de máquinas-ferramentas, etc.; por sua vez, para a produção desses produtos que condicionam a reprodução das condições da produção do Sr. X..., eles devem reproduzir as condições de sua própria produção e, assim, até ao infinito – tudo isso em proporções tais que, no mercado nacional quando não é o caso do mercado mundial, a demanda em meios de produção (para a reprodução) possa ser satisfeita pela oferta.

Para pensar esse mecanismo que desemboca em uma espécie de “parafuso sem fim”, é necessário acompanhar o procedimento “global” de Marx e, sobretudo, estudar as relações de circulação do capital entre o Setor I (produção dos meios de produção) e o Setor II (produção dos meios de consumo), e a realização da mais-valia, nos livros II e III de *O capital*.

Não entraremos na análise dessa questão. Basta-nos ter mencionado a existência da necessidade da reprodução das condições materiais da produção.

II – Reprodução da força de trabalho

No entanto, alguma coisa terá causado impressão ao leitor. Falamos da reprodução dos meios de produção – mas não da reprodução das forças produtivas. Portanto, passamos em silêncio a reprodução do que distingue as forças produtivas dos meios de produção, a saber, a reprodução da força de trabalho.

Se a observação do que se passa na empresa, em particular, a análise da prática financeira contábil das previsões de amortização-investimento, chegou a nos dar uma idéia aproximada da existência do processo material da reprodução, entremos agora em um campo sobre o qual a observação do que se passa na empresa é totalmente ou, pelo menos, quase inteiramente inútil, e isso acontece por uma boa razão: a reprodução da força de trabalho passa-se, no essencial, fora da empresa.

Como é garantida a reprodução da força de trabalho?

Ela é garantida dando à força de trabalho o meio material de se reproduzir: o salário. Este figura na contabilidade de cada empresa, mas como “capital de mão-de-obra”³⁴ e, de modo algum, como condição da reprodução material da força de trabalho.

33. Repetimos dominante porque, em toda formação social em vias de desenvolvimento (ou de não desenvolvimento) histórico, existe um modo de produção que domina os modos anteriores “sobreviventes” na mencionada formação social. É a razão pela qual pudemos escrever que, neste momento, em toda formação social, existem, pelo menos, dois modos de produção (cf. Terray, *Le marxisme devant les “sociétés primitives”*, 1969, Maspéro, p. 169).

34. Marx elaborou o seu conceito científico: o capital variável.

No entanto, é exatamente dessa forma que ele "atua", já que o salário representa somente a *parte* do valor, produzida pelo dispêndio da força de trabalho, *indispensável à sua reprodução*: entendamo-nos, indispensável à reconstituição da força de trabalho do assalariado (como o alojamento, o vestuário e a alimentação que lhe permitem estar em condições de se apresentar *no dia seguinte* – a cada dia que Deus quiser – à porta da empresa); acrescentemos: indispensável à criação e educação dos filhos através dos quais o proletário se reproduz (em x exemplares: x pode ser igual a 0, 1, 2, etc...) como força de trabalho.

Como lembrança, indiquemos que essa quantidade de valor (o salário), necessária para a reprodução da força de trabalho, é determinada não exclusivamente pelas necessidades de um SMIG* *"biológico"*, mas também pelas necessidades de um mínimo *histórico* (Marx observava: os operários ingleses precisam de cerveja, enquanto os proletários franceses precisam de vinho) – portanto, historicamente *variável*.

Indiquemos também que esse mínimo é duplamente histórico no sentido de que não é definido pelas necessidades históricas "reconhecidas" pela classe capitalista, mas pelas necessidades históricas *impostas* pela luta da classe proletária (dupla luta de classe: *contra* o aumento da duração do tempo de trabalho e *contra* a diminuição dos salários). Mas podemos deixar esse ponto capital que não interessa diretamente à nossa demonstração atual.

Com efeito, não basta garantir à força de trabalho as condições *materiais* de sua reprodução para que ela seja reproduzida como força de trabalho. Dissemos que a força de trabalho disponível deveria ser "competente", isto é, apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção: nos postos de trabalho e nas formas de cooperação definidas. O desenvolvimento das *forças produtivas* e o *tipo de unidade* historicamente constitutivo das *forças produtivas* em determinado momento³⁵ produzem o seguinte resultado: a força de trabalho deve ser (diversamente) *qualificada*. Diversamente: segundo as exigências da divisão *social-técnica* do trabalho, em seus diferentes "postos" e "empregos".

Então, como é garantida, em regime capitalista, essa reprodução da qualificação (diversificada) da força de trabalho? Diferentemente do que se passava

* N.T.: Sigla de *Saltaire minimum (national) interprofessionnel garantiti*, salário mínimo obrigatoriamente pago a todo trabalhador e servindo de base aos outros salários (cf. dicionário *Le petit Robert*).

35. Cf. E. Balibar, *Lire Le capital*, tomo II.

nas formações sociais escravistas e feudais, essa reprodução da qualificação da força de trabalho *tende* (trata-se de uma lei tendencial) a ser garantida *não mais "com a mão na massa"* (a aprendizagem no decorrer da própria produção), mas com uma freqüência cada vez maior *fora* da produção: através do sistema escolar capitalista³⁶ e de outras instâncias e instituições que, daqui a pouco, serão apresentadas de forma mais detalhada.

Mas, o que se aprende na Escola? Todo o mundo "sabe": é possível prosseguir os estudos até um nível mais ou menos avançado, sendo que aprende-se, de qualquer modo, a ler, escrever e contar, portanto, algumas técnicas e ainda uma quantidade de outras coisas, inclusive determinados elementos (que podem ser rudimentares ou, ao contrário, aprofundados) de "cultura científica" ou "literária" diretamente utilizáveis nos diferentes postos da produção (uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, enfim, uma outra para os quadros superiores, etc.). Aprendem-se, portanto, alguns "savoir-faire"³⁷.

Mas o que todo o mundo também "sabe", isto é, o que *ninguém quer saber*, é que – *ao mesmo tempo e junto com* essas "técnicas" (leitura-escrita-cálculo) e esses "conhecimentos" (elementos de "cultura científica e literária") que funcionam como determinados "savoir-faire" – aprendem-se na Escola as "regras" das boas maneiras, isto é, da conveniência que todo agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o posto que lhe é "destinado": regras de moral e consciência profissionais, o que significa dizer, de forma clara, regras de *respeito* à divisão social-técnica do trabalho e, no final das contas, regras da *ordem estabelecida pela dominação de classe*. Também

36. Cf. *Ecoles*, número a ser publicado no outono de 1969.

37. Alguns "savoir-faire": Estes podem ser simples *técnicas* (saber escrever, ler, contar, ler uma carta, situar-se em uma cronologia, reconhecer este ou aquele objeto, esta ou aquela realidade, etc.). Podem ser "saberes", rudimentos ou elementos (por vezes, até mesmo relativamente aprofundados) de conhecimento científico (deixamos de lado a literatura). Ora, devemos introduzir, aqui, uma distinção muito importante. Na Escola e, na maior parte do tempo, na Universidade, não se aprende "a ciência". Aprendem-se resultados científicos, métodos de raciocínio e de demonstração. Aprende-se, essencialmente, a "resolver problemas" ou fazer "trabalhos práticos": Isso não é a "ciência", mas determinados elementos de método e resultados científicos que são outros tantos *efeitos secundários* da ciência viva. Digamos que esta só existe na pesquisa científica (seria necessário comentar detalhadamente essa simples frase): para indicar com uma palavra a diferença, digamos que o caráter próprio da ciência viva consiste não tanto em resolver, mas em *levantar* problemas que devem ser resolvidos. A ciência que se aprende nas Escolas e Universidades limita-se, portanto, a técnicas de manipulação e utilização de certos métodos e resultados científicos completamente desligados da "vida" dos mesmos. É a razão pela qual determinados "savoir-faire", certas técnicas elementares e elementos, até mesmo relativamente aprofundados, de conhecimento científico podem ser classificados sob um único conceito.

aprende-se aí a “falar corretamente a língua materna”, “redigir” bem, isto é, de fato (para os futuros capitalistas e seus servidores) “saber dar ordens”, ou seja (solução ideal), “saber falar” aos operários para os intimidar ou iludir, em suma, para os “enrolar”. É para isso que serve, entre outras coisas, o ensino “literário” no Secundário e Superior.

Para enunciar esse fato em uma linguagem mais científica, diremos que a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução de sua *qualificação*, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua *submissão* às regras do respeito à ordem estabelecida, isto é, por parte dos operários, uma reprodução de sua *submissão à ideologia dominante*, e por parte dos agentes da exploração e da repressão, uma reprodução de sua *capacidade para manipular bem a ideologia dominante*, a fim de que garantam “pela palavra” a dominação da classe dominante.

Por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado, como a Igreja; ou outros aparelhos, como as Forças Armadas, cuja frequência, à semelhança da Escola, é gratuita e obrigatória; sem falar dos partidos políticos cuja existência está vinculada à existência do Estado) ensina determinados “savoir-faire”, mas segundo formas que garantam o *submetimento à ideologia dominante*, ou sua “prática”; aliás, todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, sem falar dos “profissionais da ideologia” (Marx), devem ser “impregnados”, de um modo ou de outro, por essa ideologia para cumprirem conscientiosamente (e sem necessidade de um policial individual no seu pé) suas tarefas – seja as de explorados (os proletários), seja as de exploradores (os capitalistas), seja as de auxiliares da exploração (os quadros), seja as de sumos sacerdotes da ideologia dominante, seus “funcionários”, etc.

A reprodução da força de trabalho faz, assim, aparecer como sua condição *sine qua non*, não só a reprodução de sua “qualificação”, mas também a *reprodução de sua sujeição* à ideologia dominante, ou da “prática” dessa ideologia. Indiquemos com toda a clareza que é necessário dizer: “não só, mas também” porque *a reprodução da qualificação da força de trabalho é garantida nas formas e sob as formas do submetimento ideológico*.

Desse modo, descobrimos uma nova realidade: *a ideologia*. Para abordar essa questão, é necessário fazer uma análise bem detalhada. Vamos apresentá-la por meio de duas observações.

A primeira será para fazer o balanço de nossa análise da *reprodução*.

Acabamos de estudar rapidamente as formas da *reprodução das forças produtivas*, isto é, por um lado, dos meios de produção e, por outro, da força de trabalho.

Mas, ainda não abordamos a questão da *reprodução das relações de produção*. Essa é a *questão n° 1*, a *questão crucial* da teoria marxista do modo de produção. Se a passássemos em silêncio, incorreríamos em uma omissão teórica – pior, em um *grave* erro político.

Portanto, vamos falar a seu respeito. No entanto, uma vez mais, temos de fazer um grande desvio para conseguir os meios que permitam falar sobre essa questão. Queira o leitor acompanhar-nos com atenção e paciência.

A segunda observação é que, para fazer esse desvio, somos obrigados a formular, de novo, nossa velha pergunta: *o que é uma sociedade?*